Escritos

linguagem . cidade. política . sociedade

Escrita, Escritura, Cidade (II)

No. 6

Laboratório de Estudos Urbanos
Nudecri

ESCRITOS 6

Publicação do
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
LABEURB - NUDECRI - UNICAMP

LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
NUDECRI

APOIO:

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ESCRITOS

Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos/NUDECRI - UNICAMP

Reitor
Carlos Henrique de Brito Cruz
Vice-Reitor
José Tadeu Jorge
Coordenador da COCEN
Eduardo Guimarães
Coordenador do Nudecri
Marcelo Knobel
Coordenador do Labeurb
Eni Puccinelli Orlandi
Editor Responsável
Eni Puccinelli Orlandi
Equipe Técnica
Leci Mary Feliciano
Sandra Vieira Alves

Endereço para correspondência
Labeurb
Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
CEP 13081-970
Campinas - SP
Fone: (19) 3788-1104 Fax: (19) 3788-1102
Internet: http://www.labeurb.nudecri.br

ESCRITOS

Agosto 2002

APRESENTAÇÃO

AS PALAVRAS NA RUA

Neste número de nossos *Escritos* apresentaremos dois textos que falam da cidade e da língua, da escrita. Um deles fala da relação entre língua, ideologia e espaço, explorando a especificidade da relação cidade/linguagem. Tematiza a questão do espaço e do movimento, pensando o habitante da cidade. O outro mostra como os loteamentos fechados e condomínios têm redistribuído o espaço urbano rarefazendo o espaço da sociabilidade, redesenhando o que é público em bolsões e corredores. O fato de falar sobre isso tem tudo a ver com a linguagem em vários sentidos. Um deles, que exploraremos na apresentação deste número de *Escritos*, é o de que não se pode pensar a linguagem como se ela estivesse separada do seu meio material, das suas condições, da conjuntura em que ela aparece. Ora, se a cidade é um espaço social politicamente dividido, um espaço em que o que é público está rarefeito, isto estará presente também nas manifestações de linguagem que este espaço suporta. Dito de outra maneira, a própria escrita, a organização da linguagem tem a ver como materialmente esse espaço de significação se organiza. Vejamos alguns exemplos.

É comum lerem-se reportagens, ensaios etc. em que se critica a aparência descuidada das cidades, em que se encontram lixo que se acumula ao pé das esculturas, resto do churrasquinho de vendedores ambulantes que trabalham no local todos os dias, com nuvens de fumaça envolvendo o monumento, o de Campos Salles, no caso, em Campinas, que se assemelha a outro monumento na Praça Carlos Gomes, em que o busto do Padre Anchieta está pichado e o de Rui Barbosa recebeu inscrições indecifráveis em sua base. Indecifráveis. E aí é que está nosso objeto de compreensão: o ininteligível faz sentido. E só faz sentido numa sociedade em que os sujeitos precisam grafitar para tentar fazer algum sentido. Indecifrável. E minha interpretação

para estes fatos, que foram ditos em entrevista para o *Correio Popular*, jornal campineiro, é que essas são manifestações políticas que denunciam a exclusão social. As pessoas estão ali expressando o que sentem em relação ao convívio urbano e elas mesmas, postas na periferia, em meio ao lixo e ao esgoto. Dizem isso nesses monumentos históricos, onde suas histórias entram como rabiscos indecifráveis mas presentes. Denúncia. Nesses rabiscos, inteligíveis só para os iniciados, nos monumentos elas contam sua própria história. Isso só é assim porque nossas cidades estão tornando o espaço público rarefeito e fechando espaços sociais. Relações sociais pautadas pela violência. Não há separação entre o centro e a periferia, como não são tampouco indevassáveis os bolsões com seus muros altos. Do ponto de vista social tudo é o mesmo espaço. Para que não haja manifestação de hostilidade no monumento do Centro, é preciso cuidar que haja espaço de vida sustentável na periferia. O espaço urbano deve ser cuidado como um todo. Não estamos nunca fora do social e ele está presente em qualquer desses lugares (privilegiados ou não da cidade). Por isso comparecem como são, hostis, ou acolhedores, dependendo do que está se plantando no seu todo. Iludem-se os que pensam que se podem separar do social, atrás dos muros. O social não acaba aí. Assim como se iludem os que reduzem a solução dos sentidos, da chamada "comunicação", a uma questão pedagógica mal metaforizada. Nesse caso, o comentário é mais ou menos este: é a falta de leitura que ameaça a capacidade de linguagem dos jovens. Como se não lessem. Lêem materiais diferentes dos que o imaginário escolar destinou há alguns séculos para o público da escola. Mas os jovens lêem. A questão está mal formulada. O que se percebe é que há práticas culturais apartadas em seus diferentes guetos. Mas isso não é de estranhar pois é assim que se organiza nossa sociedade, é assim que ela individualiza nossos diferentes sujeitos sociais, em suas distinções. Politicamente, socialmente, fisicamente divididos. E como sempre acontece nesses casos, a cultura letrada é padrão e as mudanças são ignoradas. Há, sem dúvida, na necessidade de comunicação social, pragmática, para fins imediatos de existência, uma divisão cruel e que ignora os sujeitos que estão postos para fora de certos padrões. Por seu lado, a sociedade como um todo se movimenta e há uma mudança nas formas tradicionais

de comunicação, mudança que as escolas não estão percebendo ou dando atenção ou mesmo atendendo. Desse modo a escola não vai para a rua, não se abre, privilegia formas tradicionais e não dá acesso às outras formas que estão se gestando para saber o que fazer com elas, para que elas tomem suas formas, para dar-lhes futuro, elaborando sentidos antes não existentes, não realizados. Uma dessas novas experiências de linguagem é o grafite. O grafite na parede é comunicação, embora na escola não seja considerado. As pessoas aceitam passivamente as montanhas de publicidade mas não aceitam o grafite, a pichação. Isso tudo tem a ver com a divisão da própria cidade, sem metaforizar a separação do espaço físico e do espaço social. E a escrita, a linguagem em geral vai sofrer o mesmo processo. A falta de comunicação, se é para esta que se pretende olhar, está no muro que separa um conjunto de casas do resto das casas da cidade. Ao fecharem um condomínio e perderem a convivência com quem está do lado de fora, como se fossem todos inimigos, se perde uma chance de convivência maior com a sociedade e com seus modos de dizer, de significar. As pessoas são desconsideradas, muitas vezes nem são ouvidas, por não pertencerem ao mesmo grupo social, ou a mesma "comunidade(?)". E é isto que estabelece o indecifrável.

Muitos vêem nisso uma incapacidade histórica do brasileiro de ter o domínio da "boa" língua. Esta é outra mistificação, ou seja, outro produto, desta vez da colonização, outro efeito da eficácia da ideologia. Desde nossas origens, face à língua do colonizador, fomos fazendo nossa própria história de conhecimento sobre a língua e construindo nossa própria língua, com sua materialidade, seus sentidos, seus modos de dizer. Desse lado de cá do Atlântico. Se tínhamos no entanto de ler as gramáticas dos portugueses ou até mesmo ir às escolas de Portugal, a partir do século XIX organizamos nossa sociedade, nosso país, nosso Estado, com nossa língua, suas representações institucionais, nossas escolas, nosso ensino e a legitimidade de nossa língua e de nossa escrita. Convivemos com essa duplicidade: a de uma oralidade (a da língua geral, dominante no século XVII) que não passou (devido a interdição) a uma escrita e a oralidade do português brasileiro falado já em todo o país e que passou para uma escrita legitimada.

Construímos nossa escrita (escrever como se falava aqui, dizia Macedo Soares, e não como se escreve em Portugal). Legitimamos uma nossa escrita, e uma nossa escritura com nossos processos autóctones de gramatização (gramáticos e gramáticas brasileiras) e por nossos literatos. Legitimar nossa escrita significou não simplesmente transcrever nossa oralidade mas criar nossa metaforização da letra. Transferimos nossa produção oral para um elaborado processo de escrita em que a gramatização de um lado, mas nossa urbanização, de outro, nos dava foros de civilidade bem construída sobre aparatos institucionais do Estado que se fizeram presentes a partir da independência. No entanto, e esta é a eficácia do imaginário, somos "tomados" pela ideologia da colonização toda vez que as condições se oferecem. E é ainda uns restos desta ideologia que ouço quando vejo querer se excluírem novas formas de manifestação de linguagem que são parte da materialidade urbana e que não seguem os padrões da "boa" (nossa) língua. Como não é boa, socialmente, não é boa em relação ao fantasma de um "outro" que nos habitou durante séculos de colonização. Mas as forças do real de uma história, que já se fez prática memorável desde o século XIX, trabalha nos que resistem de todas as maneiras letradas eruditas, populares, ou marginais a esses fantasmas que já não dizem nada sobre o que é ser brasileiro. Nossa questão é aqui mesmo. Os que fazem monumentos e os que se inscrevem com suas grafias indecifráveis nesses mesmos monumentos; partidos. Entre nós e "nós". Entre os que estão dentro e os que estão fora dos muros. Que separam na aparência o que não dá para separar no ser social e simbólico que somos. Mas essas diferenças todas são ditas em letras, grafias, grafismos, sinais muitas vezes indecifráveis no imediato mas sensíveis e sentidos numa história que não se esgota no aqui e no agora.

Campinas, agosto 2002 *Eni P. Orlandi*

CIDADE E SENTIDO: A SOCIEDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Eni P. Orlandi[*]

Introdução

Tenho desenvolvido um projeto, sobre sentidos públicos no espaço urbano, em conjunto com uma equipe de pesquisadores no Laboratório de Estudos Urbanos na Unicamp (Labeurb). O desenvolvimento desse projeto, no Labeurb, visa a implementação de estudos da linguagem na área dos estudos urbanos. Mais do que isso, nosso objetivo é sustentar uma relação refletida entre a universidade e a sociedade a partir de trabalhos de pesquisa que dizem respeito à cidade e às relações sociais aí implicadas. Sendo a perspectiva discursiva dominante nesses nossos estudos, certamente não visamos fazer uma pesquisa sociolingüística da cidade e sua linguagem ao estilo de descrições e classificação de jargões, gírias, dialetos etc. O que nos interessa é saber como a linguagem funciona na cidade, considerada esta como um espaço social público em que sentidos e sujeitos se constituem em suas particularidades tendo em vista as diferentes concepções de "urbano". Como este espaço é significado e como a linguagem se espacializa nele?

Nossa forma de praticar a análise de discurso, nessas condições, tem suas especificidades. Uma delas é procurar interferir – digo interferir e não intervir, pois esta palavra é marcada pelos "discursos de intervenção" que têm sua história ligada a formas de administração autoritárias, ditatoriais; enquanto interferir, etimologicamente da família

[*] Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

de "faceo", tem a ver com a idéia de "fazer entre", o que me é bem mais próximo – na forma como o discurso da e sobre a violência homogeneiza a produção de sentidos sobre a cidade. Essa homogeneização resulta em que, de um lado, se reduz (se iguala mesmo) o urbano à violência, e, de outro, não se observa a violência em sua existência social concreta, em suas características próprias, banalizando-a. Nessa direção, isto é, na implementação de pesquisas sustentadas em análises bem fundamentadas,[1] é que estabelecemos contatos com pessoas interessadas nas questões urbanas e que buscam outras formas de reflexão e de visibilidade da urbanidade.

No caso específico, vou trazer para a reflexão uma entrevista dada ao jornal *Correio Popular* de Campinas, entrevista feita com a jornalista Maria Teresa Costa em 17 de agosto de 2000. Meu objetivo, ao trazer esta entrevista, é expor o modo como, fazendo análise de discurso, entramos numa relação refletida com a sociedade e com a mídia sem termos de nos alinhar no que se tem dito sobre cidade e nem sobre linguagem e cidade e tampouco com o que se diz que é lingüística aplicada, colocando a análise de discurso nesse domínio. Na perspectiva que trabalhamos, não se têm uma produção e a aplicação feita, depois, para corrigir "déficits", "resgatar" identidades etc. Tem-se uma prática de conhecimento que se faz politicamente referida e coletivamente sustentada. Desde organismos de fomento com suas políticas científicas até o envolvimento da mídia. A noção de instrumento, de aplicação, é praticada, por pesquisas como estas que empreendemos, de maneira muito menos marcada pelo politicamente correto (em ciência) e mais pela filiação teórica e metodológica que nos identifica no campo das ciências e das tecnologias, em suas políticas.

---

[1] São já muitos os resultados que obtivemos e que começam a ressoar em trabalhos que têm origem em nosso Laboratório de Estudos Urbanos. Um exemplo, não negligenciável, é o projeto desenvolvido por Clarinda Lucas (com apoio Fapesp) na constituição de um arquivo para a prefeitura da cidade de Campinas. Seu projeto tem origem no programa que realizamos para a hemeroteca organizada pelo CEDU (Centro de Documentação Urbana) que temos em nosso Laboratório. Essas experiências mostram que a Universidade pode produzir tecnologias, a partir de suas pesquisas, úteis à sociedade e passíveis de serem incorporadas pela administração urbana em curto prazo. Sem mencionar as inúmeras entrevistas na mídia (que fazem circular idéias em tempo rápido) e reuniões públicas, debates, com pessoas da administração da Cidade, interessadas em discutir idéias para seus programas de planejamento social e político urbanos.

Por outro lado, a mídia aqui é parte dessa nossa prática e, como se pode ver abaixo, constitui o processo de significação de nosso trabalho, pois, quando se trata de reflexões que envolvem o público, a circulação dos sentidos – e não apenas sua constituição e formulação –, a mídia é extremamente relevante para o modo como nosso trabalho é significado publicamente e para o retorno que podemos ter dele.

Com este nosso estudo, além de estabelecermos uma relação de parceria com os diferentes grupos sociais e a administração urbana, também inauguramos uma linha de pesquisa que se faz no entremeio das ciências da linguagem e das ciências das sociedades na história. A esta linha tenho designado "Saber Urbano e Linguagem". Com este projeto, de introduzir essa linha de pesquisas, antes inexistente, nos estudos sobre cidade, temos desenvolvido, no Labeurb, um amplo programa de pesquisas, de eventos, de convênios que incluem pesquisadores de diferentes áreas, pessoas que atuam na cidade, inclusive na administração, artistas de rua, e a população em geral.

A Entrevista

Vamos apresentar em seguida a entrevista feita pela jornalista Maria Teresa Costa do *Correio Popular* na seção "Momento em Debate" da parte Cidades desse jornal, no dia 17 de agosto de 2000. A manchete de abertura é: **Bolsão de segurança é "ilusão" e cria hostilidade social, diz especialista** . Em subtítulo: *Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp analisa redivisão do espaço urbano na cidade e afirma que o surgimento de condomínios fechados não só encarcera a população como acentua a suspeição de quem está do lado de fora.*

Transcrevemos em seguida a entrevista:

O Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) vem se dedicando a estudar como a cidade se constitui, como organiza seus espaços, como estabelece a circulação no seu interior, como ela organiza sua relação com o não urbano. O estudo, multidisciplinar, não é necessariamente urbanístico. Os especialistas em linguagem é que estão tratando de compreender a cidade. "Acreditamos que trabalhando com a linguagem podemos trazer

algo de novo", diz a coordenadora do Labeurb, a lingüista Eni Orlandi, que analisa, nessa entrevista, qual o sentido público de um espaço tornado privado em nome da segurança: os condomínios e os bolsões de segurança. Para ela, apenas uma ilusão de segurança, mas uma concreta forma de exclusão que acirra a violência. A criação dos bolsões de segurança – prevista em lei municipal aprovada em 96 – está gerando muita polêmica em Campinas.

(Maria Teresa Costa) **MTC Há algum sentido público no espaço urbano transformado em condomínio ou bolsão de segurança?**

(Eni Orlandi) **EO** Tem um sentido público, mas tem duas coisas que acabam com isso. Uma delas é a ilusão de onipotência que as pessoas têm na redivisão do espaço público. Elas acreditam que têm o poder de redistribuir o espaço público. Mas elas não têm, pelo menos do ponto de vista jurídico e social. Mas as pessoas se dão esse poder. Outra é a ilusão de que com isso elas vão controlar a violência. O grave é que, quando fazem isso, optam por privatizar, de certa maneira, o espaço público e não conseguem controlar o que está fora e nem o que está dentro. Já estamos vendo, pelo menos em São Paulo, a formação de gangues dentro dos condomínios. Isso mostra que se fechar em condomínio não confere imunidade a ninguém.

MTC A senhora fala em redividir o espaço público. Ao fechar ruas, as pessoas não estão fazendo exatamente o contrário?

EO Não se trata de repartir, mas de redistribuir pelo princípio da exclusão. Isso, para mim, é muito grave, porque vai além da ilusão simplesmente de controle. Porque não só não tem o controle como gera um acréscimo de violência muito grande. Na medida em que você opera no espaço público por exclusão você vai multiplicando a potencialidade para a violência. Você vai ter na relação com aqueles que já estão excluídos de fato da sociedade, que têm uma carga pesada de marginalidade, uma indiferenciação grave: tudo o que está fora desse espaço que você fechou fica por conta de ser inimigo, de ser hostil. Você cria mais hostilidade social. Isso está na relação direta da nossa incapacidade de socializar relações sociais, relações que não são violentas. Quando você fecha o muro, qualquer um de nós

passando aqui fora é suspeito. Então, além de tudo, acentua a categoria da suspeição. Tem os que estão lá dentro e os marginais. Mas todos os que não estão lá dentro são suspeitos, o que aumenta a categoria dos marginais. Outra coisa que vem com esse fechamento é que quem está lá dentro perde a oportunidade de ter uma relação de sociabilidade com os que estão do lado de fora, que não são necessariamente marginais, mas que também não têm entrada no condomínio. Isso vai virando moda e vira nível de aspiração. Mais e mais gente vai se fechando em seus condomínios, levando ao encarceramento da população dentro desses espaços.

MTC Mas a vida no condomínio também não se transforma numa tortura, com tantas regras impostas para que a convivência seja possível?

EO É verdade. Eu acho até que acentua os efeitos de relações complicadas, porque acaba tendo aí uma indistinção entre o privado e o público muito maior. Você pensa que o espaço privado começa onde começa sua casa, mas dentro de um condomínio funciona diferente. Há um espaço que fica indistinto entre o público e o privado. Há, no conjunto da sociedade, uma forma de viver o espaço que tem uma memória social em que essa relação do público e do privado é outra e não respeita simplesmente essa divisão arbitrária que vem sendo feita. Aí, se cria um conflito. Se torna um espaço de litígio. As relações dentro de um condomínio ficam tensas também porque entre uma casa e outra tem um espaço que não está naturalmente ou socialmente definido. E ficam tensas também porque as pessoas têm que impor regras que vão ficando cada vez mais complicadas.

MTC Então, não há nenhum sentido em se trancar? Dentro, o espaço público e privado é indefinido. Fora, o muro potencializa os gestos de hostilidade.

EO Potencializa a natureza e a qualidade da violência. É como se houvesse uma aposta de que as relações sociais não se criariam, por elas mesmas, um espaço de proteção, em que é o seu semelhante que pode te ajudar na convivência, como uma coisa positiva. Mas o social ganhou um sentido negativo, porque o outro passou a ser um perigo.

MTC Por que a senhora acredita que o muro potencializa a violência?

EO Imagina a carga de violência que surge em quem fica lá fora (de fora)! Quando se faz um muro, você está dizendo para aquele que ficou lá fora que ele está excluído. Isso pesa. Esse sujeito, o marginal, quando consegue entrar num condomínio, ele faz miséria. Ele vem com todo o ódio que acarreta uma divisão dessa. Ao se fechar, as pessoas não só estão diminuindo a capacidade de socializar, como estão aumentando o ódio, a capacidade da hostilização. É um gesto cruel, do ponto de vista social, criar um muro para viver. É mais possível que aqueles que estão do lado de fora e na margem da indefinição se identifiquem com esse hostil, já que está sendo hostilizado na medida em que está excluído, do que o inverso. Ou seja, que se relacione com alguma sociabilidade. Acentua nele a capacidade do não-social.

MTC O Poder Público perdeu a capacidade de regular essa relação entre público e privado?

EO Está havendo uma ingerência indevida. Por isso, eu sou crítica ao discurso do urbanismo. Acho o trabalho do urbanista importante, mas a maneira como esse trabalho se generaliza e cria sentidos dentro da sociedade está fazendo um desserviço. O urbanismo lida muito com o planejamento, que antes de qualquer coisa é abstrato. Tanto os administradores como as pessoas começam a se pensar a partir de categorias da urbanidade, da urbanização, e vão perdendo de vista a situação real e concreta em que estão vivendo. Elas passam a viver a partir de um planejamento abstrato que na verdade não representa o real que estão vivendo e que teria outras possibilidades de solução. Como, pelo urbanismo, ficou na moda um certo tipo de solução, todo mundo investe nisso e não pensa em outras possibilidades de solução a partir de sua própria experiência. Temos experiência social na relação com a violência, por exemplo, que a gente poderia propor.

MTC O quê, por exemplo?

EO O primeiro é isso: não ficar todo mundo se fechando no seu canto. Se fechar, aumenta a violência. A gente está investindo em um equívoco.

Teria que desmanchar isso e aumentar a possibilidade da convivência social. Para mim, toda medida que favorecesse a convivência social seria uma medida que sairia desse "urbanicismo" que virou moda e já integra o imaginário das pessoas. Elas transformam a idéia de atenção, no sentido de estar atento, de cuidar de alguma coisa, de cuidar de sua forma de vida, em "cuidado!", no sentido de "se cuide!". Na verdade, o que deveria ser é nos cuidarmos coletivamente, socialmente. Isso tudo ficou fora da conversa. Cada um investe em uma solução individual nesse estilo que vem da má compreensão do que seria urbanidade, urbanismo e reduz a nossa capacidade social. Todos os investimentos são para a redução da nossa capacidade de nos relacionarmos socialmente.

MTC Essa cidade de condomínios tem alguma semelhança com a cidade medieval?

EO Eu acho que é diferente porque as condições da época eram outras. A divisão espacial na época medieval tem uma organização que vai junto com uma certa qualificação dessa própria divisão. O que nós criamos agora é uma verticalização das relações de contigüidade. Eu e você podemos estar no mesmo espaço, mas mesmo assim coexistem uma quantidade e uma concentração. Se concentram muitos no mesmo espaço e aí essa relação de contigüidade sofre o complicador (verticalizado) do status social. Temos uma verticalização violenta de classes em um aglomerado humano. Isso era menos complexo na cidade medieval. Por isso, é uma ilusão fechar-se em condomínios porque além de tudo traz para dentro dos condomínios uma violência de relações que transcende a separação no espaço empírico. Os espaços lá dentro são espaços de litígio entre uma família e outra, entre uma criança e outra. Me preocupa a criança criada dentro do condomínio e alimentada por uma violência enorme do simbólico que são, entre outras, as relações de ficção carregadas de exclusão, de onipotência.

MTC Se o muro não oferece proteção, o que protegeria o cidadão?

EO É ilusão dizer que ao se fechar se protege. No imediato pode ser que sim, mas no mais duradouro não, porque os reflexos serão no

social. Esse imediatismo é que está impedindo que a gente veja mais longe e produza espaços de convivência que possam resultar em coisas positivas em relação a essa questão da violência. Falar da violência sempre é uma armadilha porque é em nome da violência que as pessoas fazem exclusões, que elas se armam de um sentimento de onipotência ilusório. Ao invés de trabalhar com a violência como um fato consumado deveria se trabalhar e pensar no processo que produz essa violência, investindo na quebra das coisas que produzem violência. Mas, infelizmente, ficam tentando lidar com o produto, se trancando, se fechando. É como se a causa da violência estivesse no fato da gente estar vivendo muito perto uns dos outros. Mas é o contrário: estamos vivendo muito afastados (no sentido social) uns dos outros e por isso a violência se instala mais facilmente. O que há, acho, é uma má compreensão da relação causa e efeito.

Comentário Final

E aí termina a transcrição da entrevista, mas não a possibilidade de reflexão que temos com uma situação discursiva desta. Se mais não fosse, por tudo que pode nos fazer refletir, quando pensamos a relação causa/efeito e a noção de historicidade em Paul Henry (1994) que põe em questão a noção de fato, de interpretação. Mais do que isso, se me perguntam, hoje, por que as pessoas procuram condomínios, eu diria que procuram proteção contra a violência e contra os "imprevistos" da relação com a cidade (desconforto, barulho etc.). Que se queira segurança e conforto não é fora de propósito. A questão é como e onde se procura. Evitam-se milimetricamente todos os gestos que põem em funcionamento o social. E é este o equívoco que significa a violência: a vida social não é a causa da violência, a violência na realidade individualiza. Além disso, não é fechando-se os espaços de convivência mínima (e intolerância máxima) que se promove a sociabilidade, mas abrindo para o social os bolsões de violência, expondo-os ao bem público: escola, lazer, cultura, transporte, esgoto, asfalto etc.

Uma segunda observação é de que nós, pesquisadores, se quisermos praticar nossas disciplinas com conseqüência, não podemos engrossar

as fileiras do imediatismo. Atrás dessa entrevista há uma pesquisa feita durante anos (projeto temático Fapesp), há inúmeras reuniões de trabalho, há Encontros, há publicações (*Escritos*, *Rua* etc.). Não é necessário, dada a gravidade das questões, fazer com pressa. Os problemas são urgentes, mas são contínuos, são históricos. Qualquer porção do real dessa história que "pegamos" com nossas reflexões (no caso, discursiva) vale o tempo e o investimento da pesquisa, das análises.

Publicamos um livro coletivo (*Cidade Atravessada*, Pontes, 2001) com os resultados de um período de trabalho. Em relação ao assunto abordado diretamente na entrevista, tenho a acrescentar que, pelas análises que estamos fazendo, fica claro que a cidade é um espaço público onde cabem relações sociais tranqüilas, produtivas historicamente. A violência não é uma "essência" das cidades. Ela é produzida por certas condições e uma delas é o isolamento das pessoas que, na perspectiva em que nos posicionamos, está na razão inversa da experiência do espaço social para uma convivência melhor. O fechamento é um princípio imediatista, individualista, anti-social.

A solução do isolamento é ditada pelo medo. É preciso sair da reação pelo medo e procurar compreender as situações sociais urbanas que vivemos e propor soluções que resultem dessa tomada de posição. Deixamos assim de agir como animais em interação e passamos a praticar o social enquanto seres simbólicos e históricos, ou seja, seres que significam na sociedade e na história. Desse modo não deixamos as relações sociais fora do jogo e investimos no social.

Com medo, as pessoas se isolam e fazem muros, num processo ambíguo de exibição que ostenta um poder econômico discricionário que só aumenta a hostilidade. Essa divisão física, além disso, não é suficiente, é devassável, pois não é possível nos isolarmos de fato fisicamente vivendo em sociedade. Com o fechamento de espaços, diminui a capacidade de convivência e de defesa pessoal: diminuem os roubos em residência e aumentam os assaltos (e assassinatos) de rua. Pensamos que a questão é social e a solução também o é. Não se podem, individualmente, fazer gestos de redivisão do espaço social. O gesto de separar é violento: produz uma exclusão antecipada e o

resultado é que temos populações se degladiando, criando uma situação bélica na disputa dos seus territórios. Segundo o que pensamos é preciso resignificar o social e ampliar a convivência urbana, civil. A responsabilidade da violência não é só do bandido, é falta de investimento no social. Faltam experiências de socialização e falta até mesmo o aprendizado da convivência com os outros. A experiência social está rarefeita.

Não se podem tomar medidas individuais para mudar este estado de coisas e resignificar-se (n)o social. Há condições para fazê-lo e uma delas é que isso deve significar uma decisão da população que constitua medidas tomadas em conjunto pela população e pelas instituições públicas. Isso deve resultar em manifestações concretas. Um exemplo simples: no abandono do espaço social que nos cabe, muitas vezes – como as calçadas já deixaram de ser lugar de convívio – deixamos de construir calçadas (é o caso da Cidade Universitária, onde moro em Campinas, onde não há calçadas, há plantas, árvores, bem ao espírito (equívoco?) "ecológico": plantam-se árvores onde devíamos transitar). Esse é um gesto de rotina e que significa nossa indiferença ao espaço público (calçada = passeio público, lembram-se?) como espaço de convivência do cidadão. E também de exibição, pois as ruas sempre foram lugar de "passeio" em que as pessoas se mostram, ou se mostravam.

O isolamento tem criado, ao contrário, uma grande incapacidade de estabelecer e manter laços de sociabilidade (amizade, solidariedade). Nessa incapacidade de transitar pelo social, os sujeitos abandonam justamente o que lhes poderia dar maior segurança: os laços sociais. É preciso conseguir parar com o processo de paranóia urbana, aumentado por essas representações do imaginário da violência como necessária à cidade. Não há calçadas, não há praças, as pessoas se isolam e o crime organizado aumenta proporcionalmente.

Tampouco são soluções, de um lado, o assistencialismo (má consciência social) às populações "carentes", de outro, a militarização da população (investimento no segurança).

No interior dos espaços fechados, novas formas de violência, simbólicas, se gestam. Incapazes de gerir relações sociais mais amplas,

os sujeitos oscilam entre uma onipotência virtual e sua impotência real. Incapazes de lidar com essa realidade social criam uma violência interna muito grande. Resistem em seus espaços fechados mas não duram em sua resistência porque ela não é feita de matéria social. O social é do todo.

Há uma geografia da violência, há uma lógica da violência, há uma economia da violência. Para fazer face a isso, temos de aprender novas formas de sociabilidade, novos modos de nos pensar coletivamente, não reagindo pelo medo, reivindicando condições de sociabilidade praticáveis, mobilizando instituições, mídia, configurando programas que atendam essas nossas necessidades. E não desistirmos de nossa condição de seres simbólicos, que significamos na sociedade e na história. Ao invés de recuarmos histórica e politicamente, para o interior de "abrigos", temos de conquistar o espaço-tempo de nossa contemporaneidade social e política, que é habitar a cidade sem restrições: nosso lugar público, social, político.

Bibliografia

HENRY, P. A História Existe? In **Gestos de Leitura.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. (org.). **Cidade Atravessada.** Campinas: Pontes, 2001. (Coleção Cidade, Linguagem, Sociedade).

A CIDADE E SEUS HABITANTES: LÍNGUA E IDEOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO

Carolina Rodríguez-Alcalá[*]

1. A cidade como objeto de linguagem

A cidade é um objeto de reflexão comum a diversas áreas do conhecimento, como o urbanismo, a sociologia, a antropologia, para citar alguns exemplos. O crescente interesse em se voltar para a questão urbana, ou melhor, a constatação de que a cidade constitui hoje um fenômeno central para a explicação da vida social em suas diferentes dimensões é um sintoma da sobredeterminação existente do social pelo urbano que, conforme afirma Eni Orlandi em seus trabalhos, caracteriza o mundo contemporâneo.

Propomos neste texto algumas reflexões sobre a abordagem discursiva da cidade que caracteriza as pesquisas na área Saber Urbano e Linguagem desenvolvidas no Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp.

Podemos dizer que ao analisar a cidade temos por objeto um espaço particular, que estabelece uma relação determinada com sua exterioridade e com seu interior, incluindo os sujeitos que o habitam, os quais, ao mesmo tempo, enquanto "animais simbólicos", se caracterizam por ter linguagem. Analisar a cidade é assim, em última instância, determinar a natureza da relação da linguagem e o sujeito com o mundo, entendido este como espaço de vida, em uma forma histórica específica – a cidade –, entre outras formas materiais possíveis desse espaço. É essa definição que vai diferenciar as diferentes disciplinas que se ocupam da cidade.

Tomamos a cidade enquanto espaço simbólico, que tem sua materialidade e suas formas específicas de significar (Orlandi, 1999). A relação desse espaço com a linguagem e com os sujeitos falantes

[*] Laboratório de Estudos Urbanos - Unicamp

que o habitam é, dessa perspectiva, uma relação *constitutiva*. Tal abordagem coloca-se no *entremeio* – recorrendo à expressão de Orlandi – das ciências da linguagem, da sociedade e do espaço, de modo geral, produzindo deslocamentos em relação ao modo como essas disciplinas científicas compreendem o funcionamento desses fenômenos e definem a relação entre eles.

Considerar que a relação cidade/linguagem/sociedade é constitutiva se opõe, de um lado, à concepção que define essa relação como sendo de *co-variação*, que é a que predomina, por exemplo, no campo dos estudos da linguagem. A cidade e a sociedade são aí consideradas realidades externas à língua, mas que a afetam, sendo responsáveis pelo fenômeno da variação lingüística. A cidade aparece, assim, nos estudos sociolingüísticos, de dialetologia ou de geolingüística, tal como confirmamos pela leitura das obras de referência dessa área. Vejamos alguns exemplos.

> Geolingüística: *estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes — versão abreviada de geografia lingüística* (Dubois *et al. Dictionnaire de Linguistique*)

> *Traditional dialectology studied geographical variation, generally using elderly, untravelled, and uneducated speakers from rural areas. Modern dialectology has moved in other directions.*
>
> Social factors now provide the focus of investigation. Speech variation can be partly understood with reference to regional location and movement, but social background is felt to be an equally if not more important factor in explaining linguistic diversity and change. Modern dialectologists therefore take account of socioeconomic status, using such indicators as occupation, income, or education, alongside age and sex. [...]
>
> *Dialect studies have moved from the country to the city. The description of rural dialects led to fascinating results, but only a small proportion of a country's populations was represented in such studies. In many countries, over 80% of the population*

live in towns and cities, and their speech patterns need to be described too – specially as linguistic change so often begins when people who form the country imitate those from urban areas. This approach, accordingly, is known as urban dialectology. (David Crystal, *The Cambridge Encyclopedia of Language: 32)*

Vemos aí que a cidade é considerada como um fator a mais – um fator geográfico – entre os outros fatores – os fatores sociais – que incorrem na variação (diversidade) lingüística, tais como idade, sexo, estatuto socioeconômico, origem étnica, entre outros. De acordo com Crystal (op. cit.: 24), a questão da origem geográfica dos falantes permite relacionar traços do dialeto regional; as línguas, assim como os dialetos, podem fornecer segundo o autor informação geográfica sobre seus falantes. Uma *língua urbana* é, nesse contexto teórico, sinônimo de *dialeto urbano*, enquanto variação regional da língua produzida pelo espaço da cidade. É nessa direção que apontam as seguintes definições de "urbanismo" que encontramos nas obras de referência no campo da lingüística:

Urbanisme: *forme caracteristique de l'usage de la ville, par opposition aux rusticismes, provincialismes, pérégrinismes; cf. hyperurbanisme* (Marouzeau, *Lexique de la terminologie linguistique*)

Urbanism: *a feature of pronunciation, grammar or lexis which is restricted to use in cities or urban areas, as opposed to rural areas.* (Hartmann, *Dictionary of Language e Linguistics*)

A relação cidade/linguagem/sociedade com que trabalhamos não se confunde, de outro lado, com a relação de *analogia* que pode ser encontrada em estudos realizados no interior das disciplinas que se ocupam do espaço e da sociedade. Não se trata para nós de definir o funcionamento da cidade ou da sociedade (dos sujeitos) tendo como modelo o funcionamento da linguagem e fazendo assim da ciência lingüística uma "ciência-piloto" das ciências humanas, do mesmo modo que ela inspirou o desenvolvimento da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, as elaborações feitas a partir dos conceitos de língua e significante que estão na base da leitura lacaniana de Freud ou algumas

reflexões sobre a cidade enquanto texto no terreno dos estudos urbanísticos.

Assumir uma concepção de cidade enquanto espaço simbólico e político significa considerá-la como objeto de linguagem, mais especificamente, considerar que esse espaço está constituído num processo discursivo (ideológico), cuja base material é a língua. Isso traz a língua para refletir sobre o espaço e o espaço para compreender a língua, visando ao mesmo tempo compreender a constituição e o funcionamento da sociedade que habita esse espaço. Não existe nessa perspectiva a possibilidade do espaço absoluto, vazio (discussão filosófica de longa data): ele é relativo aos sujeitos significantes que o habitam, que vivem em sociedades marcadas por relações de poder – entendidas como relações ideológicas–, as quais determinam tanto o habitante como seu modo de habitar e constituir o espaço. Dito de outro modo, considerar a relação constitutiva entre esses fenômenos significa que compreender o funcionamento da língua na cidade, suas formas materiais específicas, contribui para compreender a própria constituição e funcionamento da realidade urbana e da sociedade.

Podemos ilustrar essa postura com algumas reflexões surgidas numa pesquisa de obras de referências sobre a cidade e outros dicionários e enciclopédias de língua, de modo geral, que fez parte do projeto de equipe *Enciclopédia Discursiva da Cidade: Um Glossário de Base – Endici*, financiado pelo CNPq. Esse projeto consiste na elaboração de um glossário, em meio impresso e eletrônico, com algumas noções sobre a cidade que foram elaboradas em um projeto anterior, *O Sentido Público no Espaço Urbano* (Fapesp, 1997-1999).

2. Quantidade e movimento como estruturantes do espaço

Uma das noções estruturantes do espaço é, tal como temos proposto, a noção de *movimento*, associada a outra noção fundamental que já havia sido colocada por Orlandi, a de *quantidade*. Essas noções permitem pensar na própria constituição dos diferentes espaços (entre eles, o espaço urbano) e a relação estabelecida entre eles. É interessante notar que as denominações mais comuns e genéricas de "cidade"

encontradas nas obras de referência sobre o urbano apontam nessa direção. Temos:

de um lado: -*agrupamento humano*
aglomeração

e, de outro: -*assentamento humano*

Podemos dizer que essas denominações significam a questão da quantidade (concentração) e movimento, associado este a uma questão de tempo (duração). *Agrupamento* é o termo mais geral e genérico, uma metáfora da sociedade que significa a quantidade apontando para o fato de que o homem é um ser gregário. *Aglomeração* já aponta para um excesso na questão da *quantidade*, da *concentração* no espaço, questão que, como coloca Orlandi, é especificamente urbana. *Assentamento* aponta para a questão do *movimento*, para o fato de a sociedade *se fixar* no espaço, que é uma condição do urbano.

Considerar essas noções permite algo que de nossa perspectiva é muito importante, a saber, trabalhar com relações não dicotômicas entre os espaços, tratando criticamente as oposições cidade/campo, rural/urbano, entre outras.

A cidade enquanto espaço, tendo em vista o movimento, estaria constituída por um agrupamento humano que se fixa; mas o campo também: a diferença entre eles estaria na (maior) quantidade (aglomeração). Logo, sempre tendo em vista o movimento (assentamento), o oposto da *cidade* não seria o *campo*, pois ambos fazem, nesse sentido, parte de uma mesma realidade: sociedades que se assentam, se fixam no espaço de modo mais permanente. O oposto da cidade, pensando no movimento, seria o chamado *(semi) nomadismo* (sociedades que se fixam de modo mais ou menos provisório no espaço). Os diferentes espaços podem assim ser pensados como "agrupamentos" que se fixam ou não se fixam (movimento), em caráter mais permanente ou provisório (tempo – duração), processo associado a uma maior ou menor aglomeração, concentração (quantidade). Com todas as contradições, recobrimentos e descontinuidades que aí existem: nem as sociedades que se fixam mais permanentemente, "se assentam" (cidade, campo etc.),

permanecem imóveis, nem as que não se fixam mais permanentemente (as sociedades nômades) se movem sempre e de modo constante.

Essas noções são produtivas para pensarmos não apenas a relação do espaço com sua exterioridade (a cidade com o campo, com as sociedades nômades etc.), mas também com seu interior, com espaços interiores e com o modo como os sujeitos vivem neles. É possível pensar na vida da cidade em termos da legitimidade de o sujeito – o habitante – ocupar esse espaço: fixar-se nele e circular por ele (movimento), tendo em vista a concentração (quantidade), o que traz à tona as questões jurídicas, econômicas, culturais, técnico-administrativas etc. elaboradas sócio-historicamente tendo em vista esse fato.

No que diz respeito à questão do movimento, podemos citar as seguintes designações do habitante que a significam:

– *morador/ocupante/invasor* – metáforas do habitante em face da legitimidade de *se fixar* na cidade (plano jurídico-administrativo);

– *proprietário/inquilino* – metáforas do habitante em face da questão econômica de *se fixar* na cidade (plano econômico);

– *motorista/pedestre* – metáforas do habitante da cidade em face da questão técnica de como *circula* por ela; a pé ou motorizado (plano técnico) (cabe notar que *pedestre* é uma metáfora especificamente urbana, já que no campo, quem vai a pé não é pedestre;

– *lojista x camelô/vendedor ambulante* – metáforas do habitante por exercer atividade econômica num lugar fixo (lojista) ou sem se fixar num ponto, ou ainda fixando-se num ponto de *circulação (camelô/ambulante).*

Temos, ainda, sobre a questão do movimento:

– *rua/estrada/calçada* – questão técnica relacionada à circulação;

– *leis de trânsito* – questão jurídico-administrativa relacionada à circulação;

– *grade/muro/cerca – bolsão residencial/condomínios fechados*: questão técnica –que mobiliza questões jurídicas – relacionada a como se fixar impedindo (selecionando) a circulação (dos outros);

– *"habite-se"*: questão técnica e jurídico-administrativa (municipal) relacionada a se fixar;

Mas, associando o movimento à quantidade, termos que habitar o espaço da cidade se define em termos de como, em face da concentração que qualifica esse espaço, o *movimento* é significado, produzido, (im) possibilitado etc. nas diferentes instâncias institucionais (jurídica, administrativa, política, técnica, cultural etc.). Trata-se de determinar como o sujeito se fixa e circula nesse espaço concentrado/aglomerado que é a cidade. Por exemplo:

– *casarão/casa/apartamento*: questão técnica de como se fixar tendo em vista a concentração;

– *ruela/rua/avenida* etc.: questão técnica de como se administra/possibilita a circulação frente à quantidade de fluxo de veículos;

– *proprietário/sem teto*: questão econômica (política) de como se distribui o espaço a ser ocupado na sociedade que se concentra.

Em resumo, podemos dizer que a quantidade e o movimento são noções associadas que determinam a constituição do espaço, as diferentes formas que este assume e os modos de habitá-lo, determinando seus habitantes. Dito de outro modo, temos que o *espaço*, afetado pela *quantidade* e pelo *movimento*, tal como *significados* em e por um *processo discursivo* (simbólico/político – ideológico) cuja base material é a língua, determina os *habitantes* e seu modo de ocupar o espaço.

Essa visão permite conceber o espaço em sua diversidade enquanto jogo de espelhos, ou melhor, de encaixes, marcado por descontinuidades, contradições, recobrimentos. Isso permite pensar além não só da dicotomia cidade x campo e do espaço de outras sociedades que não se encaixam nela, mas também uma questão

fundamental: a questão do *Estado nacional (territorial) enquanto espaço*.

3. O Estado nacional como espaço

Incorporando a afirmação de Orlandi de que existe hoje uma sobredeterminação do rural pelo urbano, podemos dizer que *existe um recobrimento do campo pela cidade, e do espaço (como um todo, incluindo a cidade, o campo e os demais espaços) pelo Estado nacional*. Nada está fora do Estado (de seu território, de seu espaço), cujo poder se exerce na cidade, que recobre o campo. Nesse sentido, nem a cidade nem o Estado têm exterioridade.

O termo "cidadão" é um sintoma muito claro desse jogo de encaixes, de recobrimento (heterogêneo e descontínuo) entre campo/cidade/Estado: os habitantes do espaço do Estado são cidadãos, que etimologicamente significa habitante da cidade, mas que se aplica mesmo aos que vivem no campo.

O Estado é assim o fato atual que significa politicamente o espaço, os sujeitos que o habitam, afetando a questão da língua.

No que diz respeito ao espaço e aos sujeitos, temos que tanto o campo e a cidade, como outros espaços que não se encaixam nessa distinção, são recobertos pelo Estado. Retomando as questões do movimento e da quantidade, podemos dizer que é o fato político do Estado, de acordo com as características de seu funcionamento atual (Estado territorial, nacional, diferente do Estado multinacional colonial), que determinará a legitimidade de o sujeito (a sociedade) se fixar e circular dentro de um espaço nacional particular ou entre eles, elaborando os mecanismos jurídicos, administrativos, técnicos, econômicos etc. para tanto. São processos promovidos pelo Estado que instauram as fronteiras e o direito de estar dentro delas e/ou atravessá-las, no interior de um mesmo espaço (cidade, campo etc.) ou entre diferentes espaços/Estados diferentes: é necessário ter um documento de identidade para se estar no Estado e, via de regra, um passaporte e uma via para atravessar as fronteiras entre Estados.

Podemos assim pensar no espaço e no movimento em diferentes instâncias, novamente atravessando dicotomias. Temos, por exemplo, as seguintes designações:

êxodo/migração/colonização/invasão/chegada

que significam, de modo diferente (a diferença é política/ideológica) os movimentos que levam à constituição do espaço (que levam as sociedades a deslocar-se e assentar-se em um lugar). Temos, ainda:

migrante/exilado/turista

como designações diferentes dos sujeitos que se deslocam, atravessando fronteiras dentro do espaço dos Estados (entre cidades) ou entre eles. Vejamos outros exemplos de entradas que, em diversas instâncias, apontam para o controle do Estado sobre a ocupação do território:

êxodo rural/migrações internas (entre espaços diferentes dentro do estado: cidade-campo, cidade-cidade)

imigração/emigração (espaços – cidade/campo – de Estados diferentes);

alfândega/passaporte/visto (Estados);

nacionalismo/xenofobia (Estados ou cidades).

Essas seriam designações de diferentes fenômenos – técnicos, administrativos, jurídicos etc. – que significam a legitimidade e possibilidade determinada pelo Estado de os sujeitos circularem pelos diferentes espaços e se fixarem neles: no interior da cidade, entre campo e cidade, entre Estados diferentes (espaços encaixados entre si, descontínuos, recobertos uns pelos outros).

No interior dos espaços, a questão do Estado está presente na divisão social entre público e privado. Essa é uma divisão histórica que determina de um modo particular a distribuição do espaço entre os que o habitam, feita pela mediação do Estado – enquanto gestor do bem público. Parte do espaço é atribuído aos habitantes, em caráter particular (propriedade privada) e parte compartilhada entre eles. O espaço onde se fixam os habitantes, pelo menos nas sociedades

capitalistas, seria privado; aquele por onde circulam, público. Nesse sentido, temos a oposição:

casa x rua

como oposição que exprime a de público/privado (íntimo, familiar).

Mas essa divisão não é clara nem é a única possível.

De um lado, há sociedades que não têm essa distinção como estruturante, ou não dessa maneira, pelo menos. Pensemos, por exemplo, nas habitações coletivas das sociedades guaranis, onde moravam muitas famílias reunidas (habitações nas quais os religiosos acabaram colocando divisões por "questões morais"): a distinção público/privado, a questão da intimidade e da família se colocam aí de maneira totalmente diferente.

De outro lado, nas próprias sociedades estruturadas em torno dessa oposição público/privado, existem atravessamentos. Temos, por exemplo, o problema do fechamento de ruas públicas pelos moradores, que chegam inclusive a exigir a outros moradores da cidade que se identifiquem, apresentando o documento de identidade, para permitir-lhes a circulação, assumindo assim uma função que é juridicamente exclusiva do poder público do Estado. Outro exemplo desses atravessamentos é o gesto (muito comum no bairro Cidade Universitária) dos moradores de considerar a calçada (espaço público) como extensão de sua casa (espaço privado), fazendo jardins e canteiros que impedem a circulação por ela.

A questão do Estado como espaço, afetado pela quantidade e pelo movimento, também intervém, como dissemos, no funcionamento da língua. A *quantidade* pode neste caso ser pensada em termos da diversidade, da multiplicidade, da divergência lingüístico-cultural característica do urbano. A questão de base para definir o que é uma língua urbana é, assim, determinar o modo histórico em que essa diversidade (divergência) se constitui e se relaciona no (constitui o) espaço da cidade, como é ela significada, que mecanismos de identificação subjetivos a língua e a cultura afetadas pela *quantidade* determinam. E hoje é o Estado que administra essa divergência lingüístico-cultural em seu território (em seu espaço), tendo em vista

o funcionamento de seu aparelho jurídico-administrativo. O Estado promove desse modo um processo tenso de homogeneização, presente na relação estabelecida entre a língua de Estado e as outras línguas/ variedades (urbanas ou não), processo que tende a *fixar* a língua, a regular o *movimento*, isto é, as mudanças no tempo. Os fenômenos da norma e da variação e mudança lingüísticas não são abordados, em nossa perspectiva, como fenômenos psicológicos ou culturais determinados por fatores tais como a origem social ou geográfica, mas são colocados em relação com esses processos políticos (ideológicos) de identificação subjetiva promovidos pelo Estado para legitimar-se.

4. À maneira de conclusão

Procuramos aqui apontar, como dissemos no início, as conseqüências teóricas que a consideração da linguagem – na perspectiva do discurso – traz para a compreensão do espaço e da sociedade. Apresentamos algumas idéias em fase de elaboração, cujo intuito foi apenas o de dar indicações sobre a nova abordagem que as pesquisas na área de Saber Urbano e Linguagem, que estamos implantando no Laboratório de Estudos Urbanos, instituem e que podem contribuir para enriquecer o debate sobre um tema tão candente como é a cidade.

5. Bibliografia

CRYSTAL, David. **The Cambridge Encyclopedia of Language.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DUBOIS, Jean *et alii*. **Dictionnaire de Linguistique.** Paris: Larousse, 1973. (Tradução: São Paulo, Cultrix).

HARTMANN, R.R.K. e STORK, F. C. **Dictionary of Language and Linguistics.** Londres: Applied Science Publishers Ltd, 1973.

MAROUZEAU, J. **Lexique de la Terminologie Linguistique. Français, Allemand, Anglais, Italien.** Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1961.

ORLANDI, Eni. N/O Limiar da Cidade. **Rua**, Número Especial. Campinas: Nudecri/UNICAMP, 1999.

_____. Tralhas e Troços: O Flagrante Urbano. In ORLANDI, Eni (org.). **A Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano.** Campinas: Labeurb/ Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Les veritées de la Palice.** Paris: Maspero, 1975. Tradução para o português: **Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. O Sentido Público no Espaço Urbano: A Questão da Língua. In **Relatos 7.** Campinas: Unicamp, 2001.

_____. A Língua Urbana: O Guarani no Espaço Público da Cidade. In ORLANDI, Eni (org.). **A Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano.** Campinas: Labeurb/ Pontes, 2000.

_____. Quantidade e Movimento no Espaço-Tempo da Cidade (inédito).

UNICAMP

Índice

07 Apresentação
Eni P. Orlandi

11 Cidade e Sentido: A Sociedade e os Espaços Públicos
Eni P. Orlandi

23 A Cidade e Seus Habitantes: Língua e Ideologia na Constituição do Espaço
Carolina Rodríguez-Alcalá

LABEURB
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
NUDECRI

Rua Caio Graco Prado, 70, Cidade Universitária Zeferino Vaz
CEP 13081-970, Campinas - SP, Fone/Fax: (0XX19) 3788.1102
Internet: http://www.labeurb.unicamp.br